

Brasil: Único país que quer privatizar para pagar dívida

A privatização de estatais, que o ministro da Economia Paulo Guedes ameaça anunciar em breve, foi criticada pelo ex-banqueiro de investimentos Eduardo Moreira e pela auditora fiscal e coordenadora da Auditoria Cidadã da Dívida Maria Lúcia Fatorelli em live realizada na manhã desta segunda-feira, 20. Segundo os debatedores, o governo está sacrificando sua população enquanto beneficia bancos privados através do que Fatorelli chama de "Sistema da Dívida".

Sob o argumento liberal de vender estatais para aumentar arrecadação do Estado, Paulo Guedes evidencia a serviço de quem está a gestão econômica do presidente Jair Bolsonaro. "Nenhum país paga suas dívidas, países gerenciam suas dívidas, mas o Brasil argumenta que é necessário vender tudo para pagar dívida. Vai privatizar tudo e, no final, vai ter dívida mesmo assim, porque é um sistema. Temos que mudar essa lógica e pensar em desenvolvimento. A dívida é impagável", destacou Moreira. Para ele, o urgente neste momento é realizar investimento em assistência social, mas o governo prioriza a política monetária que infla os bancos.

Recursos públicos represados

Auditora da Receita Federal, Fatorelli lembrou que o Congresso Nacional validou o Estado de Calamidade Pública em março e, em seguida, o presidente do Banco Central, Roberto Campos, aprovou R\$ 1,2 trilhão para bancos destinarem em empréstimos para micro e pequenas empresas. Esse montante, entretanto, não chegou onde deveria chegar.

"O que aconteceu com esse trilhão e duzentos? Paulo Guedes mesmo assumiu que ficou empossado nos bancos. Seiscentos mil pequenos negócios fecharam no País porque não tiveram acesso ao di-



neiro. O recurso empossado, entretanto, ficou sendo remunerado. A despesa para remunerar esse trilhão é maior do que o gasto com auxílio emergencial que foi criticado por tantos", explicou Maria Lúcia.

Para a especialista, os bancos não quiseram conceder empréstimos com suas próprias reservas que têm em caixa. "Os bancos não fazem seu papel. Esses dias saiu notícia de um empresário que precisava de uma quantia pequena, algo em torno de R\$ 100 mil [que é considerado um valor pequeno no mundo empresarial]. O banco o obrigou a fazer empréstimo do dobro do solicitado para investir o restante em título de capitalização. Ou seja, mesmo usando dinheiro do governo, os bancos ainda empurram seus produtos", apontou a auditora, lamentando que o trilhão liberado pelo Banco Central deveria ter sido canalizado para os pequenos negócios.

Investimento é urgente

Enquanto o Brasil destina mais de um trilhão por ano para pagamento de juros e amortização da dívida, a população sofre com a falta de investimentos no setor público, que estão congelados desde 2016, por efeito da Emenda Constitucional 95. A pandemia de Covid-19 evidenciou o caos de uma sociedade sem serviços públicos amplos, operantes e de qualidade.

Respondendo argumentos liberais que chamam de "gasto" qualquer investimento público, Eduardo Moreira destacou que esse dinheiro nunca é perdido. "Cada centavo que vai para o Bolsa Família volta para a economia", afirmou, criticando o "Orçamento de Guerra", que permite ao Banco Central "virar lixão de papelada podre".

Maria Lúcia Fatorelli concordou com a avaliação: "O Banco central vai poder comprar papel podre estrangeiro e vai usar dinheiro público para isso. Vão gerar dívida pública, privatizando tudo, Petrobrás, Casa da Moeda, áreas estratégicas. Estão liberando trilhões para papel podre e sacrificando as finanças públicas, as gerações futuras, a educação brasileira e o patrimônio público."

A matéria do Orçamento de Guerra é questionada no Supremo Tribunal Federal por sua inconstitucionalidade, com o agravante de ter tido redações diferentes aprovadas no Senado Federal e na Câmara dos Deputados. A Condsef/Fenadsef repudia a remuneração de bancos privados e o Sistema da Dívida operado pelo Banco Central. A entidade apresentou ao Congresso Nacional oito alternativas para superação das crises sanitária e econômica, que não prejudicam trabalhadores.

Fonte: Condsef



CONSUP-IFMA

Nota de Repúdio

Em tempos em que o serviço público é massacrado pela União, sobretudo a Educação, que ao longo do Governo Bolsonaro vem sendo vítima de uma política desastrosa, que dia após dia investe contra a autonomia das Universidades e Institutos Federais, fazia-se necessário a união dos servidores, ou supunha-se que assim fosse, no sentido de fortalecer ainda mais a categoria contra as medidas que condenam à morte a construção de um ensino público de excelência.

Os mecanismos de construção de um ensino público federal de qualidade ainda estão expostos dentro das instituições federais. Essas ferramentas, apesar das ameaças, ainda estão ao alcance dos servidores, que delas deveriam apropriar-se para o fortalecimento da classe trabalhadora, e consequentemente baterem de frente contra um desmonte da Educação pública federal que vem sendo anunciado irresponsavelmente pelo presidente Bolsonaro.

Contextualmente, a crítica baliza-se na perspectiva de uma perseguição explícita do Governo Federal, que deveria ser mola propulsora para unidade dos servidores da Educação. No entanto, os mesmos ventos que ecoam os repúdios ao tratamento do Governo Federal, trazem para dentro do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão (IFMA), as práticas de segregação com quem deveria ser análogo.

A servidora Angela Maria Silva Souza, candidata ao processo de escolha para membros do

CONSUP-IFMA, teve a sua candidatura homologada e posteriormente indeferida, em uma reunião intempestiva, no mínimo conflitante com a moralidade, que de forma arbitrária resolveu deixá-la fora do processo de escolha para delegados dos técnicos administrativos do Campus São Luís Monte Castelo, com o rasteiro argumento da matrícula da mesma pertencer ao Ministério da Economia, que neste caso, é responsável pelos servidores que tiveram seus órgãos extintos.

A posição de indeferimento de candidatura tomada pela Comissão Eleitoral, grosseiramente, traz uma dupla penalidade para a servidora, que já foi prejudicada pela extinção do seu órgão pelo Governo Federal, e neste momento, sofre um processo de segregação patrocinado pelos seus pares, que deveriam lutar pela unidade dos trabalhadores, e não praticar dentro da instituição o que condenam do Governo Federal.

É inaceitável que em uma instituição que defende a autonomia através de um processo democrático, ainda possamos testemunhar cerceamento de direitos básicos aos ideais que balizam o próprio Instituto Federal como um todo. Chega a ser inacreditável que essas manchas históricas ao IFMA

possam partir de quem deveria ter a premissa de manter ilibada a imagem do instituto.

Espera-se realmente, que a Comissão Eleitoral possa repassar as explanações suficientes sobre o indeferimento da candidatura da servidora Angela Maria Silva Souza, para que assim, venhamos a esforçar-nos para entender o que não tem explicação plausível dentro de um órgão que busca a democracia como forma basilar para a construção de uma Educação pública de qualidade. Não podemos bradar para além dos muros do IFMA discursos contrários às práticas de perseguição, e dentro do órgão, exercê-las com normalidade e perseverança. Não se faz democracia com segregação. A universalidade etimológica da palavra não permite que ela tenha duplo sentido.

A Direção do Sindsep/MA.

**TRABALHADOR
SINDICALIZADO**

É

**TRABALHADOR
PROTEGIDO**

Com a resistência dos sindicatos, o governo tem enfrentado muita dificuldade para aprovar sua agenda de retirada de direitos.

Fortaleça seu sindicato e garanta seus direitos.

